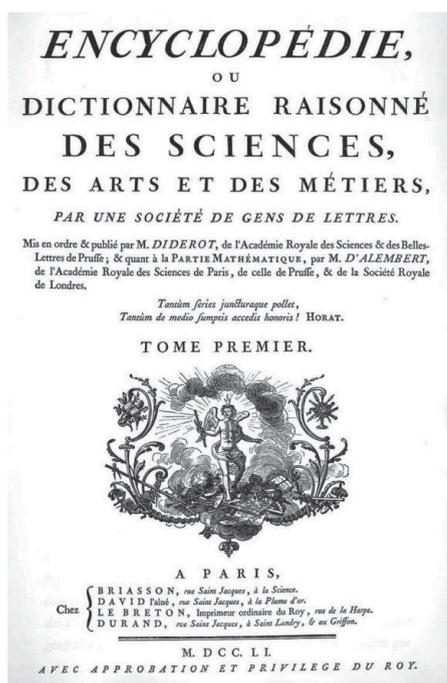


Independência do Brasil

A vinda da Corte portuguesa ao Brasil influenciou sobremaneira os fatos que consolidaram a **Independência** política brasileira. Em Portugal ocasionou uma crise na produção e circulação de riqueza, enquanto no Brasil, implantou medidas econômicas e autonomia administrativa.

A crise do sistema colonial foi ocasionada pela transição do capitalismo comercial para o industrial. A aliança entre o estado absolutista, de direito divino e hereditário e a burguesia comercial era chamada de mercantilismo. As coroas europeias buscavam a expansão de seus domínios territoriais e as rendas obtidas por meio da exploração dos produtos coloniais. A burguesia comercial, para garantir o controle do mercado (monopólios comerciais) e a acumulação de capitais, necessitava do apoio dos reis, mediante os exércitos reais. Com o advento do capital industrial, o sistema colonial começou a sofrer críticas. Os monopólios e privilégios comerciais punham obstáculos para o setor industrial, desejoso em produzir em larga escala. Esse setor defendia o trabalho assalariado, a livre concorrência e o livre comércio.

O **Iluminismo**, movimento cultural surgido em paralelo com o capital industrial, deu as bases científicas da crítica do Absolutismo do antigo regime. Todas as suas formas de organização econômica, política, social e cultural foram combatidas. Para isso, defendiam o uso absoluto da razão, em que as sociedades humanas deveriam ser regidas por leis estabelecidas. Algumas dessas leis do homem e do cidadão são: a igualdade perante a lei, a inviolabilidade da propriedade, a liberdade de expressão e pensamento, a solidariedade humana.



A burguesia desejava controlar o poder político com formas representativas de governo. Dessa maneira, poderia assegurar vantagens econômicas a ela na abertura de novos mercados para a prática da livre concorrência.

No Brasil, não foi necessário a Metrópole se industrializar para ocorrer as mudanças político-econômicas, bastou que um único país o fosse: a Inglaterra. Da mesma forma, não foi necessário constituir uma classe burguesa brasileira para apropriar-se das ideias liberais. A elite rural, buscando uma afirmação política, assimilou essas ideias.

Capa do primeiro volume da Enciclopédia, editada em 1751.

A vinda da corte e algumas de suas consequências

No princípio do século XIX, a economia mundial estava em crise. Ela foi provocada pelas guerras napoleônicas e pela fase de transição do sistema capitalista.

Após a saída da Corte portuguesa em direção ao Brasil, Portugal sofreu várias convulsões durante a guerra contra a invasão napoleônica: bloqueios navais, interrupção do comércio ultramarino com outros países europeus, levantes populares, migrações (gente e capitais) e perseguições políticas. A sua produção industrial foi arrasada, com o ataque às fábricas e fugas dos empreendedores e empregados. A agricultura também ficou prejudicada, pois Portugal teve que importar grãos da Grécia e Itália.

No Brasil, a maior parte das medidas econômicas tomadas por Dom João tinham caráter liberal. A abertura dos portos às nações amigas (Inglaterra) desagradou aqueles que usufruíam do monopólio do comércio (portugueses). Os argumentos utilizados por eles referiam-se à concorrência pelo monopólio comercial com os estrangeiros, o que resultaria na perda de dinheiro e metais preciosos. Essas perdas iriam direcionar ao aniquilamento da navegação e da indústria nacional. Outras medidas importantes foram a revogação dos decretos que proibiam a instalação de manufaturas na colônia e a isenção de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria. Apesar dessas medidas, a concorrência inglesa e a falta de uma política protecionista não alavancaram a industrialização no país. Além disso, não era interesse da elite rural mudar o nosso modelo agrário-exportador.

No entanto, nem tudo havia se modificado, muitas dessas medidas carregavam ainda privilégios aos produtores e comerciantes portugueses e restrições ao comércio estrangeiro, exceto aos ingleses. Continuava ainda o caro e irracional sistema fiscal e uma morosa máquina administrativa. Esse tipo de atitude do príncipe regente descontentava a todos (comerciantes e produtores estrangeiros, portugueses e brasileiros). Os portugueses reclamavam da fraca economia que tinham, da tradicional subordinação (dívida) perante a Inglaterra, principalmente no que tange às indústrias que não se desenvolveram.

No Brasil, os movimentos contra o sistema colonial mostraram-se pobres ideologicamente. Apenas a elite inspirava-se vagamente em autores europeus, tentando adequar as novas doutrinas liberais a uma realidade diversa da europeia, limitando-as.

As camadas altas queriam manter a liberdade de comércio a pouco conseguida, a emancipação da administração e principalmente do fisco português, mas não queriam deixar de estar em uma sociedade escravocrata.

No Brasil havia a ligação entre Liberalismo e Igreja. A Coroa portuguesa tinha o direito ao padroado, podendo interferir diretamente na vida da Igreja. Dessa forma, o clero tornou-se revolucionário, por se sentir lesado pela Coroa.

Assim, o Liberalismo brasileiro era mais uma luta anticolonial, pois não visava a mudança estrutural da sociedade, da produção e da forma de governo. A ideia de Independência política só é realmente desejada quando se percebe a impossibilidade de conservar a liberdade do comércio e a autonomia conquistadas.

O Nacionalismo não se realizara no Brasil. A economia baseada no mercado externo e as Províncias brasileiras praticamente isoladas uma das outras, tendo ligação mais forte com a

Europa, não possibilitaram a plena integração nacional. Após a Independência, a união se impunha como necessária para evitar a recolonização portuguesa, visto que era sabido que as Províncias não eram unidas entre si.

Para a população humilde brasileira, composta de negros e mestiços, a Revolução da Independência caracterizava-se por uma luta contra os brancos e seus privilégios. Tendo em vista essa perspectiva, a elite atemorizada com a ideia de que o povo assumisse o controle da Revolução, optou-se por realizar a Independência com o apoio do príncipe herdeiro do trono português. Dessa forma, o país seria emancipado do controle metropolitano sem que fosse necessário acontecer uma rebelião popular.

A Independência política brasileira não foi desencadeada por uma ruptura revolucionária com a Metrópole. Ela partiu de uma defesa de sua autonomia econômica e administrativa. No entanto, os rumos que tomou foram definidos pelos acontecimentos externos ocorridos a partir da Revolução do Porto.

Nas primeiras décadas do século XIX, a crise em Portugal agravava-se. Ela foi ocasionada pela fuga da Corte portuguesa para o Brasil, pela invasão francesa e, posteriormente, pelo controle que a Inglaterra passou a ter no país. Em 1814, os portugueses passaram a controlá-lo sob a regência do marechal inglês Beresford, mas isso não diminuiu as perdas que os portugueses sofriam referentes às políticas econômicas liberais de Dom João VI no Brasil.

Só em 1820 as medidas em favor dos lusitanos começaram a intensificar-se, descontentando estrangeiros e brasileiros. Os ingleses foram os mais prejudicados, pois suas regalias no Tratado de Aliança e Amizade de 1810 vinham sendo progressivamente anuladas.

No entanto, essas medidas não impediram a eclosão da **Revolução Liberal, Constitucional e Recolonizadora**, a partir da cidade do Porto e que se espalhou pelo restante do país, a 24 de agosto daquele ano. Essa revolução teve a influência da Espanha que havia, em 1812, aprovado uma constituição liberal.

A Revolução do Porto tinha aspectos contraditórios. Era liberal porque combatia o regime absolutista, criando uma constituição reacionária, desejando recolonizar o Brasil.

Portugal passou a ser governado por uma Junta Provisória em nome do rei. Decidiu-se convocar as cortes que seriam eleitas em todo o “mundo português” para redigir e aprovar uma Constituição. A Constituição foi jurada por Dom João, redefinindo o estatuto real. O rei seria apenas uma forma de poder e não sua fonte exclusiva. A soberania que, antes era baseada na relação entre o súdito e o rei, ficaria baseada apenas na nação. O poder régio obrigava-se a obedecer as leis decididas e votadas pelas cortes, executando suas determinações.

A ideia da independência

A regência de Dom Pedro tornava-se inviável, pois deveria obedecer a Corte de Lisboa e, ao mesmo tempo, representar seu pai com as prerrogativas de poder real. Acatando as ordens portuguesas, ele se tornaria apenas um agente metropolitano e desagradaria aos brasileiros.

Em Portugal, a ala mais conservadora assumiu o poder das cortes exigindo a volta do príncipe. Em 09 de janeiro de 1822, o príncipe, em resposta a um abaixo-assinado com oito

mil assinaturas, contrariava as ordens de Lisboa e decidia-se a ficar no país, preservando a ideia de um único Império luso-brasileiro. Esse dia foi chamado de **Dia do Fico**. Os atos seguintes foram fatos de ruptura.

Em 17 de fevereiro do mesmo ano, foi proibido o desembarque de tropas provenientes de Portugal. As que estavam sediadas no Brasil e não juraram fidelidade a Dom Pedro determinou-se suas retiradas. Em maio daquele ano, ele ordenou que não fosse cumprida nenhuma ordem proveniente das cortes portuguesas, sem o seu “cumpra-se”.



Dom Pedro ordena a retirada dos portugueses do Rio de Janeiro – Obra de Oscar Pereira da Silva – IHGB.

Ainda em 1822, a ideia de Independência correspondia à Independência administrativa e não-política da Metrópole. Pensava-se em uma monarquia dual, principalmente aqueles mais chegados a Dom Pedro. A Monarquia dual proporcionaria o fortalecimento da autonomia adquirida com a categoria de Reino Unido e também manteria os laços com a civilização europeia.

A convocação da Assembleia Constituinte foi praticamente uma declaração de Independência. Em 21 de junho, para o aproveitamento no serviço público, era exigido adesão à causa da união e Independência do Brasil. Em agosto, recomendava-se não dar posse a empregados portugueses, e as tropas vindas de Portugal seriam consideradas inimigas.



Sessão do Conselho de Estado. (Detalhe) – Obra de Georgina de Albuquerque.

Em Portugal, os acontecimentos do Rio de Janeiro suscitavam comentários desencontrados. Diziam tratar-se de revoltas dos negros contra os brancos e de que os ingleses e austríacos (nacionalidade da futura imperatriz) suscitavam essa insubordinação do príncipe.

No dia 02 de setembro, o Conselho de estado reuniu-se sob a presidência da Princesa Leopoldina, pois Dom Pedro estava em viagem a São Paulo para tentar acalmar os ânimos

dos revoltados. Os conselheiros decidiram tomar medidas de segurança e defesa, tendo em vista as últimas notícias que chegaram da Metrópole. O envio de tropas ao Brasil e a exigência da presença imediata do príncipe regente em Portugal teve como represália o embargo aos fundos da Companhia dos Vinhos do Douro.

A articulação da Independência foi executada pela classe proprietária de terras e escravos do Centro-Sul (MG, SP e RJ). Ela não desejava a recolonização, o separatismo (desejo dos nordestinos) e a revolução. A Independência deveria preservar a unidade do território brasileiro e a ordem social. Combatia, então, a burguesia mercantilista lusitana, a aristocracia nordestina e os subalternos.

A carta escrita pelo Conselho de Estado criticando as resoluções das Cortes de Lisboa chegou ao príncipe regente em 07 de setembro de 1822. Visto ser a situação irreversível, ou ficava no Brasil ou re- tornava a Portugal, Dom Pedro representando a elite, resolveu concretizar a emancipação do país.



Grito do Ipiranga – Obra de Pedro Américo.



Proclamação da Independência – Obra de Moreaux.

Essa emancipação política, consolidada na forma de governo monárquico, assegurava a ordem estabelecida, a liberdade de comércio e a autonomia administrativa. Tendo o exemplo dos países vizinhos, a forma de governo republicana tornou-se sinônimo de

desordem política. O Império garantiria seus defensores, acabariam com as diferenças regionais. Para a Inglaterra, era interessante continuar o regime monárquico, não só para agradar Portugal, como também para não cair sob o domínio norte-americano.

Dom Pedro foi Coroado no dia 1.º de dezembro de 1822, aniversário da revolta de 1640. A revolta rompeu com o domínio espanhol, desfazendo a União Ibérica e a Dinastia de

Bragança assumiu o trono português.



*Coroação de D. Pedro –
Obra de Debret.*

Contexto externo

A emancipação brasileira não ocorreu isoladamente. Os Estados Unidos haviam se emancipado em 1776 e as colônias espanholas, a partir do início do século XIX até os seus meados, lutaram por sua Independência. A vinda da Corte para o Brasil foi um dos motivos de “atraso” da Independência em relação aos outros países.

Em 1815, o Congresso de Viena, liderado pela Rússia, Áustria e Inglaterra tinha por objetivo orientar a política internacional, neutralizando os princípios e ideais liberais da Revolução Francesa. Para isso criou a Santa Aliança, para combater os movimentos revolucionários dentro e fora da Europa. Era necessário manter a legalidade (regime monárquico de direito divino) e a legitimidade (governo dirigido por uma Dinastia tradicional e hereditária). A Inglaterra apresentou-se como a protetora dos interesses das recentes nações americanas, tirando assim mais vantagens econômicas.

Consolidação da Independência

Houve um grande esforço do governo do Rio de Janeiro para consolidar a Independência. Além da resistência dos portugueses (tropas e comerciantes), as Províncias da Bahia, Maranhão e Pará, que tinham suas juntas governativas controladas por maioria portuguesa, só aceitaram a Independência após uma luta que durou mais de um ano.

Os países da América Latina resistiam a reconhecer a Independência brasileira, pois o Brasil ainda tinha como forma de governo um regime monárquico.

A notícia da Independência foi recebida em Portugal com descrença. Tanto que muitos políticos lusitanos insistiam em usar a força ao invés da diplomacia com o Brasil. A

Inglaterra serviu como mediador entre os dois países. A aceitação da In- dependência brasileira por Portugal só foi possível depois que o Brasil concordou em respeitar os bens de portugueses e brasileiros confiscados durante o processo de independência, em restabelecer os privilégios portugueses nas relações comerciais, com taxa de 15%. O Brasil teve que concordar em assumir a dívida de dois milhões de libras esterlinas de um empréstimo feito por Portugal em Londres. No entanto, Dom João ainda alimentava a esperança de unir novamente os dois reinos.

Com a Inglaterra, foi ratificado o Tratado Comercial de 1810 e o compromisso do governo brasileiro de acabar com o tráfico negreiro. A emancipação política brasileira frente a Portugal concretizou-se na dependência econômica à Inglaterra.

CCO (Creative Commons Zero) – O autor renunciou a todos os direitos e o material pode ser usado livremente.